

# Informe AEPETRO

Associação dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo e Gás

20 de Setembro 2008



Seminário realizado pela FUNDACENTRO com o apoio da AEPETRO

## Destaques

- ✍ **FUNDACENTRO enriquece discussão sobre saúde do trabalhador**
- ✍ **Associados cobraram do INSS ações mais incisivas contra o assédio moral na PETROBRÁS**
- ✍ **A banalização das certificações**
- ✍ **Fatalidades são passíveis de ações regressivas**
- ✍ **Campanha de filiação da AEPETRO atinge âmbito nacional**

## FUNDACENTRO enriquece discussão sobre saúde do trabalhador

Com o apoio da AEPETRO, coletivo de saúde da CTB e diversas entidades preocupadas com a saúde do trabalhador, a discussão contou com a presença de diversos atores, dentre eles: representantes do INSS, da SRTE, dos CEREST (SSA e Camaçari), CESAT, profissionais de diversas áreas, estudantes e acadêmicos.

O Desembargador do TRT de MG e autor da obra Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional, Dr. Sebastião Geraldo, sistematizou o complexo tema das indenizações decorrentes dos acidentes de trabalho ou das doenças ocupacionais, os pressupostos da reparação, o novo

quadro do judiciário com um perfil mais jovem e feminista, a legitimidade para pleitear os danos morais dentre outras questões.

Num segundo momento o Dr. Antonio Rebouças, assessor jurídico que compõe o Conselho Técnico do DIESAT, abordou a legislação previdenciária e as perdas dos trabalhadores nos últimos 15 anos, sob a proposta nefasta de privatização da Previdência Social e chamou a atenção do movimento social sobre a necessidade de maiores mobilizações para impedir novas perdas para os trabalhadores.

A AEPETRO chamou a atenção para perdas como a Aposentadoria Especial e o Reconhecimento das doenças hepáticas na PETROBRÁS causadas por

exposição a substâncias hepatotóxicas, a negligência e omissão dos profissionais que integram os SESMT da PETROBRÁS e a atuação da AEPETRO para o reconhecimento das doenças ocupacionais e o restabelecimento da Aposentadoria Especial em cima das demonstrações ambientais, ações de fiscalizações da SRTE e por último a fiscalização da Receita Federal quanto a contribuição previdenciária responsável pelo custeio da Aposentadoria Especial.

## Associados cobraram do INSS ações mais incisivas contra o assédio moral na PETROBRÁS



Durante o seminário, associados da AEPETRO que integram o inquérito civil público que investiga práticas de assédio moral no âmbito da PETROBRÁS cobraram do INSS uma

ação mais incisiva no reconhecimento donexo causal provocado pelo sofrimento e adoecimento mental na PETROBRÁS.

O Geofísico Oscar Magalhães chamou a atenção do assédio moral estratégico ao qual foi submetido juntamente com diversos outros colegas que lutam por condições de saúde e segurança na PETROBRÁS.

O diretor da AEPETRO, Wanderley Júnior, exemplificou que está a 10 meses na readaptação onde a PETROBRÁS se nega a apresentar ao INSS um posto de trabalho para o mesmo, além de lhe

proibir de adentrar nas instalações da empresa, o que constitui atos recorrentes contra a dignidade humana, além de submeter o ônus para a Previdência Social, cabendo a Previdência comunicar o fato ao Ministério Público do Trabalho. Nesta semana, mais 08 assediados que integram o inquérito civil público já estarão ajuizando ações individuais no Tribunal Regional do Trabalho contra a PETROBRÁS.



### Fale conosco

**Wanderley Júnior**  
71 8199-3675

**Edilene Farias (Leninha)**  
71 8142-2966

**Eloísa Alves**  
71 3235-6164

**Lindomar Meneses**  
71 3354-4774

### E-Mail:

[aepetro@aepetro.org.br](mailto:aepetro@aepetro.org.br)

### Web Site:

[www.aepetro.org.br](http://www.aepetro.org.br)

## Campanha de filiação da AEPETRO atinge âmbito nacional

Novos associados já podem se inscrever através do site da AEPETRO. A campanha de filiação atingiu âmbito nacional o que denota o excelente trabalho que a AEPETRO vem desenvolvendo em prol do coletivo.

A estratégia de "quinta coluna" que tinha o objetivo de atingir a imagem da AEPETRO com calúnias a seus diretores proferidas pelos meios de comunicação da PETROBRÁS, a exemplo do lotus notes, acabou saindo pela culatra e agora já está sendo apurada pela justiça criminal, processo de número 14716-8/2008 com audiência prevista para 09 de dezembro deste ano.



## A banalização das certificações

Para o jurista Antonio Rebouças a AEPETRO tem seguido os tramites corretos, buscando conscientizar os trabalhadores dos riscos ambientais e das doenças ocupacionais, bem como do cumprimento das normas regulamentadoras, chamando a atenção da necessidade de envolver os organismos de certificação. Vale ressaltar que todo o processo ilegal de certificação promovido pela BVQI com o aval da SAI foi denunciado aos seus respectivos responsáveis, que, mesmo sob transgressões a normas de saúde e segurança, bem como requisitos

## Fatalidades são passíveis de ações regressivas



Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva, assim como, em situações que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, constitui ato ilícito e está passível de ação regressiva a ser proposta pela Previdência Social.

A morte de três empregados da Petrobrás causada por uma explosão em 2002 motivou a primeira Ação Regressiva ajuizada na Bahia, pela Procuradoria Federal Especial da Previdência Social. A média de fatalidades na PETROBRÁS no ano de

previstos na constituição, nas convenções da OIT e na própria CLT mantiveram a certificação da PETROBRÁS em Responsabilidade Social pela SA-8000 e Saúde e Segurança pela BS-8800. A banalização das certificações aumenta os riscos à saúde e a vida dos trabalhadores, pois escondem dos agentes fiscalizadores situações de riscos que poderiam estar sendo revertidas, a exemplo da última avaliação promovida pela Fundação José Silveira, a pedido do Ministério Público Estadual em inquérito civil público que avalia possível degradação ambiental promovida pela RLAM PETROBRÁS, onde a FJS diz que "O desenvolvimento de silicose, sob argumentação de inalação de sílica contida no catalisador lançado na atmosfera, por razões técnicas.....não se fundamenta", onde em 1997 a Agência Internacional de Pesquisa do Câncer (IARC) já reconhecia a sílica como definitivamente cancerígena para humanos.

2008 atingiu o patamar de 3 por mês, o que tem preocupado a sociedade civil organizada bem como os órgãos públicos. A AEPETRO questionou ao Chefe da Procuradoria Federal do INSS, Bruno Bisinoto, responsável por 30 ações regressivas do inss, com 12 já julgadas procedentes, se não caberia ao INSS promover ações regressivas contra a PETROBRÁS quanto a sonegação fiscal da alíquota responsável pelo custeio da aposentadoria especial, sobre as doenças hepáticas envolvendo a fatalidade de um trabalhador do laboratório da RLAM. Quanto a Aposentadoria Especial, o Procurador reiterou que o caminho adotado pela AEPETRO foi correto, pois com a criação da super receita passou a ser competência da receita federal buscar esta contribuição, o que prevê multa e ação penal. Com relação à fatalidade do trabalhador do laboratório da RLAM, neste caso, caberia uma ação regressiva pelo INSS, ficando a AEPETRO disponível a apresentar todas as evidências do caso.